



ATA 052

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUSSANGA

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte, as quatorze horas, em segunda chamada, os representantes das organizações membros do Comitê da Bacia do Rio Urussanga se reuniram por videoconferência, Plataforma Zoom, em assembleia geral extraordinária, para seguinte ordem do dia: 1) Discussão e aprovação da ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 051, de 24/06/2020; 2) Apresentação da palestra sobre “Assembleias Setoriais Públicas” (por representante da SDE); 3) Aprovação do edital de convocação das assembleias setoriais públicas para revogação da composição do Comitê da Bacia do Rio Urussanga para gestão 2020-2024; 4) Assuntos gerais. As assembleias gerais e outras participações de membros de órgão colegiados, vinculados a Sistema Estadual de Recursos Hídricos, em regime remoto, foram aprovadas “ad referendum” pela Resolução CERH nº 38, de 24 de abril de 2020, em função das atividades que envolvem aglomerações de pessoas terem sido suspensas no Estado pelos decretos nº 507, de 16 de março de 2020, nº 525 de 23 de março de 2020 e nº 554, de 11 de abril de 2020, que dispõem sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19). Dando início a Assembleia Geral, a presidente do Comitê da Bacia do Rio Urussanga, Carla Cristina Possamai Della cumprimentou todos os participantes e explicou que as aprovações e votações seguiriam os protocolos da Nota Técnica Conjunta: SDE/SEMA/DRHS nº 006/2020, que dispõe as orientações acerca da realização, por videoconferência, de Assembleias Gerais e Assembleias Setoriais Públicas pelos comitês de bacia de Santa Catarina. Neste sentido, a votação seria aberta e nominal, com manifestação verbal do membro, mediante solicitação da presidente do Comitê da Bacia do Rio Urussanga. Depois dessas explicações iniciais, a presidente apresentou o primeiro ponto de pauta e colocou em discussão e votação a Ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 051 de 24/06/2020. Como não houve nenhuma manifestação sobre a ata, a presidente chamou nominalmente cada representante das 40 organizações membros para declarar seu voto referente à aprovação ou rejeição da Ata e dos 25 representantes presentes na reunião, naquele momento, todos votaram pela aprovação da Ata da reunião anterior. Em seguida, a presidente apresentou a pauta 2 e passou a palavra ao Gerente de Planejamento e Gestão da Diretoria de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS) vinculada à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) de Santa Catarina e à Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SEMA), Vinícius Tavares Constante, para apresentar a palestra sobre “Assembleias Setoriais Públicas”. O representante explicou que para atender a Resolução CERH nº 19/2017, os Comitês de Bacias Hidrográficas passarão por um processo de renovação de entidades, os quais terão alternância de mandatos. A renovação será realizada por meio das Assembleias Setoriais Públicas (ASP's), que devem ocorrer de dois em dois anos. As ASP's devem seguir as fases de planejamento, mobilização e divulgação, inscrição, habilitação e eleição, por meio de etapas que seguem com apresentação e aprovação da realização das assembleias, edital de divulgação de renovação da composição do Comitê e documentos de



habilitação, convocação das ASP's pela secretaria executiva dos Comitês, realização das ASP's dos três segmentos, ou seja, Usuários de Água, População da Bacia e Órgãos de Administração Federal e Estadual, posse dos novos membros e eleição da nova diretoria. O mandato das organizações-membros será de quatro anos, sendo permitida a recondução. Posteriormente a palestra, a presidente agradeceu ao representante da SDE e abriu para discussão. A coordenadora da entidade executiva dos Comitês Araranguá e Urussanga (AGUAR), Cenilda Maria Mazzuco, questionou sobre quais documentos poderiam ser apresentados pelas entidades para comprovar a atuação na área dos recursos hídricos, uma vez que esse critério é uma exigência para habilitação. O representante da SDE esclareceu que aquelas entidades que não possuem documentos formais que comprovem este critério, podem fazer uma declaração informando atividades que já foram realizadas voltadas aos recursos hídricos. O representante da organização-membro Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), Patrício Fileti, perguntou se as recomendações das inscrições serão feitas pelos Comitês ou serão encaminhadas pela SDE. Vinícius respondeu que as inscrições devem seguir as recomendações dos editais elaborados pelos Comitês, baseados na Resolução nº19/2017, posteriormente a apresentação e aprovação em assembleia. O representante da organização-membro Fundação de Meio Ambiente de Içara (FUNDAI), Ricardo Garcia da Silva, questionou sobre qual o procedimento caso não ocorra o preenchimento de todas as vagas disponíveis por setores. O representante da SDE explicou que será necessário abrir outro edital específico para preenchimento das vagas faltantes para cada setor. A coordenadora da AGUAR aproveitou para perguntar, que se em caso da necessidade de abrir outro edital para complementação de vagas seriam realizadas duas assembleias, uma para aprovação e outra para lançamento, ou poderia ser apenas uma para lançamento do edital. O representante da SDE explicou que não saberia responder naquele momento, mas sugeriu por prudência, passar por assembleia de aprovação. O representante da Associação Catarinense de Engenharia Ambiental (ACEAMB), Guilherme Ricardo da Silva, fez uma indagação sobre a necessidade da alteração da legislação quanto ao número de assentos no Comitê, uma vez que já estava padronizado e as modificações causariam certo desgaste e demanda de tempo em discussões de cunho administrativo. O representante da SDE explicou que a legislação vigente em Santa Catarina sobre o funcionamento dos comitês é muito antiga, e mesmo com a instituição da Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH), os decretos de criação dos Comitês de Recursos Hídricos do Estado não foram atualizados. Por este motivo, contratou-se uma consultoria para ajustes na legislação que foi apresentada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e aprovada com a Resolução nº 19/2017. Posteriormente a todos os esclarecimentos, a presidente agradeceu ao representante da SDE e deu sequência a assembleia apresentando a pauta 3. Para a aprovação do Edital de Convocação das Assembleias Setoriais Públicas para Revogação da Composição do Comitê da Bacia do Rio Urussanga para Gestão 2020-2024, a presidente passou a palavra ao secretário executivo do Comitê, Fernando Damian Preve Filho que apresentou o Edital ao plenário. O secretário executivo informou os números de assentos reorganizados por seguimentos e classificados em setores, os procedimentos e documentos necessários para de inscrição e habilitação das



organizações-membros para pleitear as vagas disponíveis para cada setor, bem como os procedimentos de votação e escolha destas organizações nas ASP's. Foi apresentado também o cronograma das etapas descritas no Edital, com as datas, horários e locais de divulgação. Para a ASP's foi sugerido a data de 21/10/2020, com os horários de 09h30min para o segmento da População da Bacia, 14horas para o segmento Usuário de Água e 16horas para o segmento dos Órgãos Administrativos Estadual e Federal. O secretário executivo passou a palavra à técnica em recursos hídricos da AGUAR, Rose Maria Adami, que explicou como os representantes das organizações-membros deveriam preencher o formulário de inscrição para as ASP's. Alguns representantes ficaram em dúvida sobre o setor de associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos estarem no segmento da População da Bacia, ao entenderem que deveriam estar no segmento de Usuários de Água. O representante da SDE pediu a palavra para explicar que o texto do Edital está baseado na Resolução CERH nº 19/1997 que detalha por segmentos os setores que podem se inscrever para concorrer a uma vaga nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Explicou também que o nome dado a classificação de organizações civis de recursos hídricos remete a ideia de que a instituição tenha como objetivo principal ações voltadas aos recursos hídricos, no entanto, a criação deste setor engloba instituições que tenham alguma relação com recursos hídricos, não necessariamente como objetivo principal. A presidente abriu a votação para aprovação do Edital de Convocação das Assembleias Setoriais Públicas para Revogação da Composição do Comitê da Bacia do Rio Urussanga - gestão 2020-2024. Novamente os representantes das organizações membros foram chamados nominalmente, e, um a um declararam ser favorável, contrário ou abster-se do voto. Como resultado, o edital foi aprovado com 23 votos favoráveis e 1 contrário e 16 ausências de representantes das organizações membros. Em seguida, a presidente apresentou a pauta 4 sobre assuntos gerais e passou à palavra a técnica da AGUAR, Rose Maria Adami, para informar sobre a capacitação intitulada "Formação de Moderadores para Processos Participativos: Técnicas de Moderação, Visualização e Gerenciamento de Eventos." A capacitação ocorrerá nos dias 17 e 24 de setembro de 2020 e será organizada pelo Comitê da Bacia do Rio Araranguá, com apoio do Comitê Urussanga, sendo disponibilizadas 10 vagas para os representantes deste Comitê de Bacia Hidrográfica. Para o próximo assunto, o secretário executivo do Comitê relatou sua participação na reunião do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas, que ocorreu no dia 26 de agosto de 2020. Para o último assunto, a presidente passou a palavra a coordenadora da AGUAR, Cenilda Maria Mazzucco, que informou sobre a reunião de acompanhamento e fiscalização da entidade executiva da AGUAR, do dia 08 de setembro de 2020. A coordenadora explicou que houve um pedido de prorrogação de contrato de dois meses que ainda não foi aprovado. A coordenadora expressou a importância de ser aprovada antes do dia 24 de setembro, ao representante da SDE, Vinícius Tavares Constante, devido à preocupação do encerramento das movimentações e gravações no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Informou também que as metas foram apresentadas e estão praticamente concluídas, mesmo com os imprevistos causados pela Pandemia de Coronavírus (COVID-19), graças ao excelente trabalho da equipe técnica. Nada mais havendo a



tratar, a assembleia foi encerrada pela presidente que agradeceu a presença de todos e nós, Fernando Damian Preve Filho e Graziela Elias, lavramos a presente ata que segue assinada por nós e pela presidente, Carla Cristina Possamai Della.

Fernando Damian Preve Filho
Secretário Executivo
Comitê da Bacia do Rio Urussanga

Graziela Elias
Auxiliar Administrativa
Aguar

Carla Cristina Possamai Della
Presidente
Comitê da Bacia do Rio Urussanga